

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| <i>PREFÁCIO</i> | <i>XIII</i> |
| <i>AGRADECIMENTOS</i> | <i>XV</i> |
| | |
| CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS | 1 |
| 1. Delimitação temática | 1 |
| 2. O plano de trabalho..... | 8 |
| 1. O ERRO NO ÂMBITO DO PROCESSO CIVIL..... | 13 |
| 1.1 A motivação judicial e o erro..... | 13 |
| 1.2 As justificativas axiológicas para a correção do erro pelo Poder Judiciário | 19 |
| 1.3 A moderna tendência à busca da verdade real e a atual disciplina da correção do erro no processo..... | 21 |
| 1.4 As espécies de erro e as formas diversas de correção | 24 |
| 1.5 O erro no processo e a regulamentação da legislação estrangeira..... | 26 |
| 1.6 Considerações conclusivas parciais | 28 |
| 2. A EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL E O ERRO MATERIAL | 29 |
| 2.1 A tutela jurisdicional tempestiva e os mecanismos de correção do erro material..... | 29 |
| 2.2 A opção legislativa na disciplina da correção do erro material e a necessidade de pacificação do meio social..... | 33 |
| 2.3 O erro material e o devido processo legal | 35 |

| | | |
|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.4 | O erro material e a segurança jurídica | 37 |
| 2.5 | Considerações conclusivas parciais..... | 40 |
| 3. | A CONFIGURAÇÃO DO ERRO MATERIAL NO PROCESSO E OUTROS INSTITUTOS AFINS | 41 |
| 3.1 | O conceito e a extensão do erro material | 41 |
| 3.2 | Erro material e a intenção (vontade) do julgador | 47 |
| 3.3 | Erro material e erro evidente (“o falso erro material”)..... | 50 |
| 3.4 | Erro material e erro de cálculo..... | 59 |
| 3.5 | Erro material e erro de fato | 67 |
| 3.6 | Erro material e erro de direito | 70 |
| 3.7 | Erro material e erro de forma do processo | 72 |
| 3.8 | Erro material e matéria de ordem pública..... | 74 |
| 3.9 | Erro material, <i>error in iudicando</i> e <i>error in procedendo</i> | 76 |
| 3.10 | Considerações conclusivas parciais | 80 |
| 4. | A COMPETÊNCIA DO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU E DOS TRIBUNAIS PARA A CORREÇÃO DO ERRO MATERIAL..... | 83 |
| 4.1 | Considerações conclusivas parciais..... | 93 |
| 5. | OS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS E A SUA INALTERABILIDADE PELO MAGISTRADO EM DECORRÊNCIA DA PRECLUSÃO PRO JUDICATO | 95 |
| 5.1 | Sentença publicada e intimação da sentença. A distinção e os efeitos diversos | 99 |
| 5.2 | Derrogação da competência funcional – exceções ao princípio da invariabilidade da sentença..... | 106 |
| 5.2.1 | Inexatidões materiais | 111 |
| 5.2.2 | Erro de cálculo | 117 |
| 5.2.3 | Embargos de declaração | 119 |
| 5.2.4 | Retratabilidade do juiz quanto ao indeferimento da petição (CPC, art. 296) | 120 |
| 5.2.4.1 | A constitucionalidade do art. 296 do CPC e a ausência de preclusão quanto à matéria processual resolvida pelo tribunal..... | 130 |
| 5.3 | O limite temporal para a cassação da sentença de ofício pelo próprio juiz | 133 |

| | | |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.3.1 | A expressão “alteração” contida no art. 463 do CPC | 138 |
| 5.4 | As atividades do juiz após a publicação da sentença..... | 139 |
| 5.5 | Erro material e correção da decisão que declara os efeitos da apelação | 142 |
| 5.6 | Considerações conclusivas parciais..... | 146 |
| 6. | ERRO MATERIAL E AS INTIMAÇÕES, COMO ESPÉCIES, DA COMUNICAÇÃO DO ATO PROCESSUAL..... | 149 |
| 6.1 | Erro material na intimação e a necessidade de renová-la | 153 |
| 6.2 | Ausência de erro material na intimação e a renovação da mesma intimação pelo cartório | 157 |
| 6.3 | Considerações conclusivas parciais..... | 159 |
| 7. | ERRO MATERIAL E O ASSISTENTE SIMPLES | 161 |
| 7.1 | Os poderes processuais do assistente simples, a extensão da “justiça da decisão” (CPC, art. 55) e a correção do erro material inserido na “justiça da decisão”..... | 161 |
| 7.2 | Considerações conclusivas parciais..... | 175 |
| 8. | O ERRO MATERIAL E OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO | 177 |
| 8.1 | O uso dos embargos de declaração para corrigir erro material. | 177 |
| 8.2 | A retificação do erro material e o resultado do julgamento dos embargos de declaração | 183 |
| 8.3 | A correção do erro material e o efeito modificativo dos embargos de declaração | 186 |
| 8.3.1 | O efeito modificativo dos embargos de declaração e a observância ao princípio do contraditório | 190 |
| 8.4 | O erro material e o prazo interruptivo dos embargos de declaração | 199 |
| 8.5 | O erro material corrigível pelos embargos de declaração e o princípio do juiz natural | 209 |
| 8.6 | Considerações conclusivas parciais..... | 214 |
| 9. | ERRO MATERIAL E O RECURSO ESPECIAL | 215 |
| 9.1 | O erro material, os outros erros e o óbice da Súmula 7/STJ .. | 218 |
| 9.2 | O erro material e o prequestionamento..... | 220 |
| 9.3 | Considerações conclusivas parciais..... | 224 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 10. ERRO MATERIAL E AÇÃO RESCISÓRIA..... | 225 |
| 10.1 Erro material e coisa julgada material | 225 |
| 10.2 A ação rescisória e o erro material localizado na parte dispositiva da decisão | 232 |
| 10.3 O erro de fato e a ação rescisória. A relação de causa e efeito entre o erro de fato e a conclusão da sentença..... | 236 |
| 10.4 A aplicação do critério do § 2º do art. 485 do Código de Processo Civil ao erro material | 244 |
| 10.5 Considerações conclusivas parciais..... | 246 |
| 11. ERRO MATERIAL E RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL ... | 249 |
| 11.1 Reclamação por descumprimento ou interpretação equivocada da decisão proferida pelo STJ e STF por conter erro material | 249 |
| 11.2 A Súmula 734 do STF e a vedação do uso da reclamação após o trânsito em julgado da decisão | 262 |
| 11.3 A reclamação no STJ e o trânsito em julgado da decisão que contém erro material | 266 |
| 11.4 Considerações conclusivas parciais | 267 |
| 12. ERRO MATERIAL, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E O PRINCÍPIO DA <i>REFORMATIO IN PEJUS</i> | 269 |
| 12.1 Considerações conclusivas parciais..... | 279 |
| 13. ERRO MATERIAL E A LEI DA ARBITRAGEM..... | 281 |
| 13.1 O erro material, os demais erros e as ações impugnativas autônomas na arbitragem..... | 293 |
| 13.2 Considerações conclusivas parciais..... | 299 |
| 14. ERRO MATERIAL E O ERRO JUDICIÁRIO | 301 |
| 14.1 A responsabilidade civil do juiz e nos julgamentos colegiados | 318 |
| 14.2 Considerações conclusivas parciais | 320 |
| 15. O ERRO MATERIAL E A LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS.... | 321 |
| 15.1 Considerações conclusivas parciais..... | 329 |
| 16. ERRO MATERIAL, A FASE DE LIQUIDAÇÃO, O PROCESSO DE EXECUÇÃO E O PROCEDIMENTO EM PRECATÓRIOS. | 331 |
| 16.1 O erro material e a fase de liquidação | 331 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 16.2 O erro material e o processo de execução | 341 |
| 16.3 O erro material, o procedimento em precatórios e RPV. A possibilidade de o presidente do tribunal proceder à correção dos erros de cálculo, espécie do erro material | 343 |
| 16.4 Considerações conclusivas parciais | 347 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 349 |
| REFERÊNCIAS..... | 357 |